

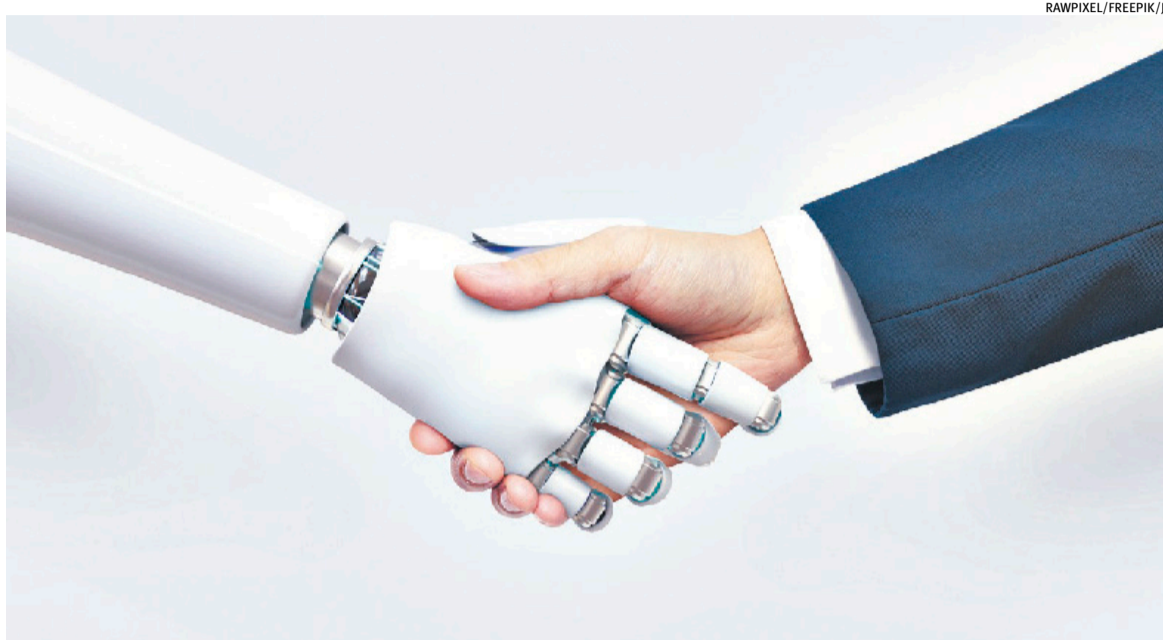
INOVAÇÃO Com aumento de 8,3% no primeiro semestre de 2023, volume de ativos sob gestão de profissionais do setor atinge R\$ 460,4 bilhões

IA generativa e blockchain transformam a gestão patrimonial

No atual cenário financeiro, a gestão de patrimônios está passando por transformações significativas, impulsionadas por novas tecnologias e estratégias emergentes. Dados recentes da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) revelam que o volume de ativos sob gestão no Brasil aumentou em 8,3% no primeiro semestre de 2023, totalizando R\$ 460,4 bilhões. Esse crescimento destaca que, para garantir as conformidades de todos os patrimônios sem ocorrências, é preciso desenvolver uma gestão eficiente.

A gestão patrimonial, que envolve a administração e controle de ativos, passivos e direitos, é crucial para a preservação dos recursos de indivíduos e empresas. Esses podem ser divididos em quatro categorias principais: bens tangíveis, bens intangíveis, passivos e direitos, cada um com suas características e importância.

Os bens tangíveis são os



Gestão de bens intangíveis envolve protegê-los por meio de registros legais e estratégias de marketing

ativos físicos e materiais que podem ser tocados e avaliados diretamente. Entre eles estão o dinheiro, imóveis, veículos e equipamentos. Esses bens são frequentemente considerados mais fáceis de avaliar e administrar devido à sua natureza

física. A gestão eficiente desses ativos é fundamental para garantir que eles sejam utilizados de maneira produtiva e que seu valor seja maximizado ao longo do tempo.

Bens intangíveis, por outro lado, são ativos que não possuem uma forma física, mas valor significativo como patentes, marcas registradas, direitos autorais e licenças. Esses bens podem ser mais difíceis de avaliar, mas são cruciais para o valor de uma empresa. Uma marca forte pode ser um ativo valioso, pois influencia a percepção do consumidor e pode gerar receita

futura. A gestão de bens intangíveis envolve protegê-los por meio de registros legais e estratégias de marketing.

Os passivos referem-se às obrigações que uma pessoa ou empresa deve pagar. Isso inclui empréstimos, contas, dívidas de cartão de crédito e outras responsabilidades financeiras. Sua gestão é essencial para garantir que as pendências sejam quitadas e que não comprometam a estabilidade financeira, ajudando a evitar problemas como a inadimplência, e a manter um bom crédito. Já os direitos, são valores que uma pes-

soa ou empresa tem direito a receber. Desde aluguéis a serem pagos, recebíveis de vendas, até participações em investimentos ou negociações. A gestão assegura que esses valores sejam recebidos e que as reivindicações estão bem documentadas e protegidas.

Segundo Daniel Mazza, sócio-fundador da MZM Wealth, consultoria especializada em planejamento financeiro e gestão patrimonial, "a integração de tecnologias avançadas está redefinindo a gestão patrimonial, oferecendo soluções que permitem controle mais rigoroso e uma visão estratégica dos investimentos".

Os serviços de gestão patrimonial abrangem uma variedade de áreas, incluindo consultoria financeira, planejamento imobiliário, consultoria de investimentos e serviços contábeis. Esses serviços são projetados para garantir uma administração eficiente e sustentável ao longo do tempo, ajudando a mitigar riscos e maximizar o crescimento dos recursos.

No Brasil, o volume de ativos sob gestão representa um significativo aumento de 8,3% no primeiro semestre de 2023, indicando um mercado em expansão e um maior reconhecimento da importância da gestão patrimonial.

Receita dá a receita

Receita Federal amplia período de teste do ReVar, programa que calcula o IR em operações de renda variável

A RFB publicou a Instrução Normativa RFB nº 2.213, 27/08/24, que amplia até dezembro de 2024 o prazo para envio de informações relacionadas ao Programa Auxiliar de Apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para operações do ReVar. Visando facilitar a adaptação dos contribuintes ao novo sistema de apuração e melhorar o fluxo de informações fiscais. Com a ampliação dos prazos de teste, a RFB busca proporcionar uma adaptação mais eficaz ao novo sistema de apuração de imposto, beneficiando milhares de investidores no mercado de renda variável. O ReVar será a calculadora oficial para calcular o imposto incidente sobre a renda variável de pessoas físicas. Essa ferramenta permitirá automatizar completamente o processo de apuração de ganhos em renda variável, por consequên-

cia, o cálculo do Imposto de Renda devido nessas operações. Já está disponível nova versão do APP MEI com funcionalidade inédita A Receita Federal disponibilizou a versão 4.2.0 do APP MEI, com a inclusão da funcionalidade Consulta Pendências permitindo a visualização das pendências relativas: Omissão da declaração anual simplificada para o microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), débitos do SIMEI em cobrança na RFB, inclusive débitos controlados por processo e parcelas em atraso de parcelamento. Possibilitando também a emissão de um único DAS para quitação de débitos de mais de um mês. Além disso o APP possui os seguintes serviços: Emissão de DAS para pagamento da contribuição mensal, transmissão da DASN-SIMEI, Solicitação de restituição de pagamentos em duplicidade, consulta a informações sobre o CNPJ e SIMEI. O APP MEI pode ser baixado por meio do link: <https://www.gov.br/pt-br/apps/mei>.

Receitas federais somaram mais de R\$ 231 bilhões em julho

A arrecadação total das receitas federais alcançou R\$ 231,044 bilhões em julho, alta real (já descontada a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) de 9,55% sobre o resultado de igual período do ano passado (R\$ 201,829 bilhões). Em termos nominais, o crescimento foi de 14,48%.

No acumulado dos sete primeiros meses de 2024, a arrecadação federal somou R\$ 1,529 trilhão, elevação de 9,15% em termos reais na comparação com igual período de 2023 (R\$ 1,344 trilhão). Em termos nominais, o resultado acumulado entre janeiro e julho deste ano foi 13,73% superior ao de igual período do ano passado.

Os valores registrados representam o melhor desempenho arrecadatário apurado desde 1995, tanto para o mês de julho quanto para o acumulado dos sete primeiros meses do ano.

Se desconsiderados fatores atípicos (ou não recorrentes), haveria um crescimento real de 8,28% na arrecadação de julho e de 6,77% na arrecadação do período acumulado, informa a Receita. Em julho, a categoria de "fatores atípicos" somou R\$ 970 milhões e no acumulado do ano, pouco mais de R\$ 15 bilhões; em ambas situações com impacto positivo sobre a arrecadação.

Considerando dados referentes exclusivamente à arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal, o recolhi-

mento de julho somou R\$ 214,792 bilhões. Isso significa elevação de 9,85%, em termos reais, e de 14,79%, em termos nominais, sobre o resultado de igual mês do passado (R\$ 187,117 bilhões).

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, as receitas administradas pela Receita Federal somaram R\$ 1,450 trilhão, representando elevação de 9,07%, em termos reais, e de 13,65%, em termos nominais, sobre o valor registrado no mesmo período de 2023 (R\$ 1,275 trilhão). Na comparação entre julho deste ano com igual mês do ano passado, há uma série de destaques que explicam o acréscimo da arrecadação em julho, a começar pelos fatores macroeconômicos.